

ENTREVISTA/Bernardo Cabral

Relator identifica xenofobia na Constituinte

ROBSON BARENHO

BRASÍLIA — Num balanço destes 15 meses de trabalho da Assembléia Constituinte, o seu Relator, Deputado Bernardo Cabral, reconhece que a xenofobia manifestou-se de forma radical em vários momentos; denuncia o fisiolo-

gismo como o elemento mais pernicioso ao processo constituinte; reclama de pressões tanto da direita quanto da esquerda; acusa assessores do Governo de apedrejar e insultarem constituintes interessados em trabalhar e afirma que a Constituição está ficando detalhista demais. Apesar de todos estes

sintomas, faz um diagnóstico otimista:

— A futura Carta será duradoura, democrática e realista.

Faltando poucos dias para o encerramento do primeiro turno de votação, Bernardo Cabral também faz um alerta: o movimento que pretende romper no segundo turno

os acordos destinados a produzir avanços sociais ameaça impor à Assembléia e à futura Constituição um grande desastre. O movimento, segundo ele, estaria sendo incentivado por alguns empresários e setores do Governo.

— Eles não querem admitir a mínima conquista para

os trabalhadores.

Entre comentários sobre as cartas que tem recebido e a lembrança de histórias de bastidores, que testemunha como Relator, Bernardo Cabral falou ao GLOBO numa das raras semanas em que foi profundamente contrariado pelo plenário. Embora viesse acumulando êxitos desde que surpreendera a

Constituinte ao ser eleito seu Relator, na terça-feira os produtores rurais, apoiados pelo Centrão, evitaram que as propriedades produtivas fossem incluídas entre os imóveis rurais passíveis de desapropriação. A rigor, foi a segunda grande derrota que sofreu no plenário — a primeira, ocorrida com a derrota do parlamentarismo.

O GLOBO — O ex-Presidente Ernesto Geisel, há poucos dias, disse acreditar que a nova Constituição vai durar pouco. Na terça-feira, o Ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, previu que a sociedade, em breve, exigirá mudanças na futura Carta. O senhor concorda com estas afirmações?

BERNARDO CABRAL — O Presidente Geisel era Chefe do Gabinete Militar de Castello Branco quando foi feita a Constituição de 1967, que se anunciava como duradoura e só durou dois anos. Espero que agora o Presidente esteja tão errado quanto estivera naquela época. O Ministro da Fazenda há meses programou uma política duradoura, na base do feijão com arroz. Agora começa a sentir que a sua política não é tão sólida assim.

O GLOBO — Mas é identificável algum risco de que a nova Constituição não dure muito?

BERNARDO CABRAL — Quem pode afirmar se ela durará ou não: as pressões externas, que vem de todos os lados? O povo, que não está satisfeito com ninguém?

O GLOBO — De que pressões externas o senhor está falando?

BERNARDO CABRAL — Das pressões que partem de diversos setores, alguns até identificáveis, e que desenvolvem uma espécie de trabalho intenso no sentido de destruir tudo o que a Constituinte está fazendo.

O GLOBO — São os lobbies?

BERNARDO CABRAL — Eu falo dos lobbies de todos os segmentos. Há pressão externa da esquerda e pressão externa da direita sobre os constituintes. Mas garanto que, apesar disso, quando a Constituição for promulgada e entrar em execução muita gente se surpreenderá com o texto, que é bom.

O GLOBO — Há votações em que a maioria do plenário não tem acompanhado o Relator. O senhor tem visto passar muitas emendas ruins?

BERNARDO CABRAL — Há uma grande maioria de constituintes praticando uma espécie de vingança. Na terça-feira o plenário eximiu de desapropriação a propriedade rural produtiva. No dia seguinte, limitou a taxa de juros reais a 12 por cento ao ano. A primeira decisão agradou profundamente um setor que não foi agrado na segunda decisão. Esta é a voz da maioria que decide e a vontade da maioria é que garantirá longa duração à nova Carta.

O GLOBO — A força do lobby tem produzido efeitos danosos ao processo constituinte?

BERNARDO CABRAL — O que se nota no Brasil é que a força do lobby tem se revelado sempre na compra de alguém. Fica difícil identificar quando alguém está recebendo uma benesse ou exercendo um direito. O que tenho observado é que a força do lobby tem contribuído para que alguns dispositivos sejam incluídos ou excluídos da Constituição dentro do chamado corporativismo que vem prendendo os trabalhos da Constituinte.

O GLOBO — Do que mais o senhor não está gostando na nova Carta?

BERNARDO CABRAL — Da pormenorização do texto. A Constituinte está sendo muito analítica. Poderia ser um pouco mais enxuta. Muita

coisa poderia ficar para a legislação ordinária.

O GLOBO — A fórmula da negociação, praticada largamente, terá o poder de garantir uma Constituição melhor do que a disputa produziria?

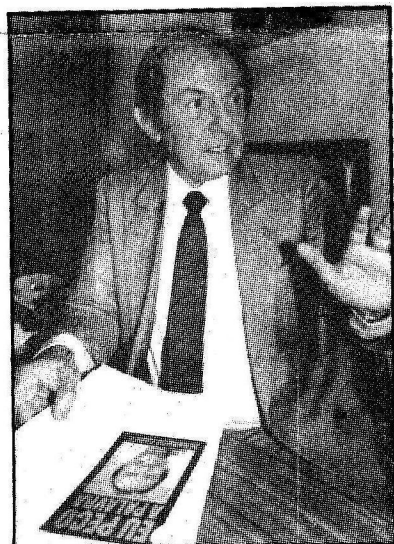
BERNARDO CABRAL — Em alguns casos a negociação vale a pena, à medida em que impede bloqueios ao processo de votação. Em outros, a negociação tem produzido fusões de emendas que ficam completamente ininteligíveis. Na quarta-feira se aprovou uma fusão de emendas — referente às atividades de bancos — que não diz absolutamente nada. Eu não tenho como incluir aquilo no texto constitucional. Quando a fusão de emendas confunde tudo, melhor seria a disputa, apesar do risco de ser aprovado um dispositivo de extrema importância por margem muito estreita de votos.

O GLOBO — Mas a Constituinte já não está muito atrasada?

BERNARDO CABRAL — A Espanha esperou dois anos pelo texto constitucional e lá a inflação está hoje em 0,4 ou 0,5 por cento. Talvez esse atraso tenha sido responsável por um pouco de amadurecimento. Aqui se montou em torno da Assembléia uma cobrança de tudo, inclusive por parte dos meios de comunicação. A Constituição de Portugal consumiu dois anos e está sendo revisada agora. A Constituinte não pode sofrer a espora da pressa.

O GLOBO — Quem tem razões para não gostar da Carta que está sendo escrita?

BERNARDO CABRAL — No campo econômico, têm razões para não gostar os grupos que estão vendo seu terreno ser reduzido. O lucro exagerado das multinacionais, por exemplo, está sendo reduzido. No campo político, têm razões para não gostar da nova Constituição aqueles que faziam de Estados e Municípios sim-



“A Constituinte não pode sofrer a espora da pressa”

ples escravos de sua vontade. O Governo federal tem razões para não gostar da Carta.

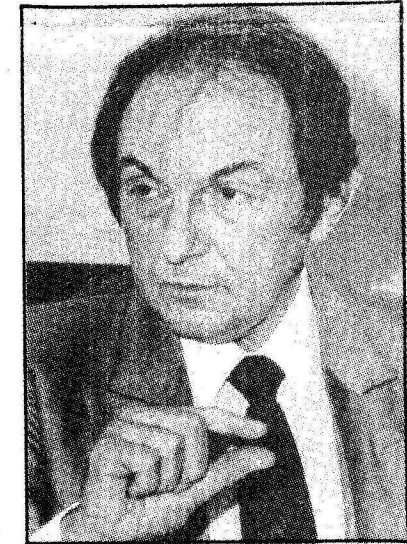
O GLOBO — A reforma tributária foi feita inteiramente à revelia do Governo?

BERNARDO CABRAL — Se alguém defendeu o Governo, fomos eu, Francisco Dornelles e José Serra. Os Ministros da Fazenda e do Planeja-



“O Governo cometeu um erro tático: auxiliares ligados ao Presidente Sarney passaram a criticar demais a Constituinte. Aos poucos, criou-se um fosso entre Governo e Constituinte”

mento em nenhum momento se movimentaram. Se o Governo tivesse mobilizado pelo menos 10 por cento do que mobilizou para as votações de sistema de governo e mandato, teria nos dado grande ajuda. Esse capítulo da Constituição foi amadurecido, conscientemente examinado, perfeitamente entrosado com especialistas na matéria. O Governo federal não



“A xenofobia tem se manifestado com radicalismo”

reclama porque está perdendo parte da sua receita, mas sim porque perde o poder político sobre Governadores e Prefeitos.

O GLOBO — A Constituinte que fez a reforma tributária não inviabilizou a execução da reforma agrária?

BERNARDO CABRAL — Não inviabilizou, mas vai criar alguns en-

traves à sua execução. Não pelo texto em si mas pelo que foi retirado. Na hora em que se dá competência à União para desapropriar por interesse social e para fins de reforma agrária, você cria a norma. Mas quando, logo a seguir, você excetua, dizendo que a propriedade produtiva não pode ser desapropriada — e não cria um parágrafo interpretando a exceção — fica no vazio.

O GLOBO — As decisões adotadas para a Ordem Econômica são inibidoras do ingresso de capital estrangeiro no País?

BERNARDO CABRAL — Isso não é verdade. Em primeiro lugar, a Constituinte consagrou a livre iniciativa. Em segundo, criou a figura da empresa nacional e da empresa brasileira de capital nacional. Esse texto constitucional permite a entrada do capital estrangeiro e pretende, apenas, discipliná-lo. Nenhum país do Mundo pode avançar sem o auxílio do capital estrangeiro. Mas também nenhum País se viabilizará se ficar ajoelhado, entregue ao capital estrangeiro.

O GLOBO — Há algum tempo o Governo e parcelas do empresariado nacional e estrangeiro atribuem às indefinições ou a definições insatisfatórias da Constituinte a falta de novos investimentos. O senhor reconhece essa culpa da Assembléia?

BERNARDO CABRAL — É certo que as indefinições produzem uma retração natural nos investimentos. O Governo culpa a Constituinte por imobilizá-lo como consequência da indefinição do mandato presidencial. No Brasil, sempre tem que existir um bode expiatório. E o que falta, francamente, é vergonha, compostura e responsabilidade de todos.

O GLOBO — Não foi a Constituinte que criou perturbação e insegurança ao Governo?

BERNARDO CABRAL — Não. O Governo cometeu um erro tático através de alguns auxiliares ligados ao Presidente. Eles começaram a criticar demais a Constituinte e aos poucos instalou-se um fosso entre o Governo e a Constituinte.

O GLOBO — O senhor está falando do consultor Saulo Ramos?

BERNARDO CABRAL — De várias pessoas. Eu não quero citar nomes, até para não perder tempo com eles. O Presidente da República poderia ter comandado a Constituinte, mas acabou se afastando dela. Integrantes da equipe do Governo apedrejaram, insultaram políticos que vieram aqui para trabalhar, com seriedade e dedicação. É ilusão o Governo pensar que um auxiliar deste tipo lhe presta serviço. Ele faz um desserviço.

O GLOBO — Quem, do Governo, ofereceu contribuição à Constituinte?

BERNARDO CABRAL — Os Ministros militares foram muito mais eficientes do que os Ministros civis. As discussões com os chefes militares sempre giraram em torno da instituição e nunca em torno de favores pessoais. Os representantes do Exército se apresentaram para discutir a segurança nacional, a Marinha se preocupou com a ciência e tecnologia e a Aeronáutica com o problema dos novos aviões supersônicos. Dos civis, só se apresentou para discutir o Ministro Bresser Pereira.

O GLOBO — Aponta-se a existência, na Constituinte e na nova Constituição, de uma forte dose de nacionalismo e de xenofobismo. Mas uma das características aparentemente mais marcantes é o fisiologismo. Que influência o fisiologismo está exercendo na elaboração da Carta?

BERNARDO CABRAL — A mais

perniciosa possível. O cidadão que veio para a Assembléia descompromissado com a Nação e voltado apenas para suas ambições pessoais é o que tem causado maior dano aos trabalhos da Constituinte. Ele só aparece no instante que lhe convém e quem sabe a troco de que favores. Já se disse na Constituinte que “é danado que se recebe”. Esse fisiologismo desmoraliza a Constituinte. Aqui há alguns...

O GLOBO — Quem são?

BERNARDO CABRAL — A Casa os conhece bem. Não seria eu que iria nominá-los. Eles conhecem poucos ou quase nenhum artigo do texto constitucional. Sabem que o texto constitucional lhes oferece uma ponte entre seus interesses e aquilo que recebe de forma desvirtuada — porque desonesto — para satisfação de particularidades suas que nada têm a ver com a Constituinte.

O GLOBO — O xenofobismo também manifestou-se ou não?

BERNARDO CABRAL — Manifestou-se, sim, claramente. A xenofobia manifestou-se até de forma radical: na discussão sobre a exploração de petróleo, na pretensão de estatizar a economia brasileira, na pretensão de se garrotear o serviço bancário.

O GLOBO — Na nacionalização do subsolo não?

BERNARDO CABRAL — Ai não houve xenofobismo. A Constituinte adotou uma atitude de defesa. Foi um gesto apoiado por amplo segmento das Forças Armadas, que sabe que é melhor nós termos o País a salvo das garras externas em nosso espaço e tocarmos o Brasil para a frente com o auxílio de alguns amigos. O que dissemos, com a decisão que tomamos, é que queremos privilegiar as empresas nacionais. Para a exploração do subsolo, as empresas estrangeiras terão que se associar às empresas nacionais.

O GLOBO — O plenário revisou o caráter estatizante que alguns setores atribuíam ao projeto da Comissão de Sistematização?

BERNARDO CABRAL — Isto foi outro equívoco. Agora uma ou outra nuance, o projeto da Comissão de Sistematização foi confirmado pelo plenário e já consagrava a livre iniciativa. O Centrão, que falou tanto no caráter estatizante daquele projeto, repetiu em essência o texto da Sistematização, antiestatizante.

O GLOBO — O senhor estima que o segundo turno de votação resultará em mudanças importantes no texto que está por sair agora do plenário?

BERNARDO CABRAL — Mudanças substanciais não haverá, mas provavelmente mudará alguma coisa. Em torno do direito de greve, por exemplo, eu sei que haverá muita discussão ainda. Mas me parece que tudo o que resultou de acordo de lideranças será mantido. Desrespeitar, romper esses acordos no segundo turno será provocar um desastre.

O GLOBO — Mas há quem queira rompê-los, não é?

BERNARDO CABRAL — Sim e há quem esteja trabalhando fortemente para isso. Grupos reacionários, como os empresários, por exemplo, que não querem admitir a mínima conquista para os trabalhadores. É uma espécie do passado que ainda se nega a reconhecer a abolição da escravidão em anos depois.

Telefotos de Luiz Antonio